Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ENGIE SOLUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A.

EM 31 DE MARÇO DE 2026

E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.
Uberlândia - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das informações contábeis trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

Custo dos serviços prestados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18(a), em dezembro de 2024 foi concluído o projeto de iluminação esportiva do Estádio Parque do Sabiá, ocasião em que foi reconhecida a respectiva receita. Entretanto, o custo dos serviços prestados, no montante de R$ 5.897 mil, foi registrado apenas no primeiro trimestre de 2025, sendo que esse descasamento de competências entre o registro da receita e do custo, ocasionou em 31 de março de 2025, a superavaliação do saldo da rubrica de custo da prestação de serviços de iluminação pública em R$ 5.897 mil, enquanto o prejuízo do período, o resultado abrangente e os fluxos de caixa estão superavaliados nesse mesmo montante. Nosso relatório de conclusão de revisão sobre as informações contábeis intermediárias comparativas, referente ao período findo em 31 de março de 2025, conteve essa modificação. Consequentemente, nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026, também incluiu modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Tributos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº14, a Companhia revisou os cálculos de apuração do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas, bem como do imposto de renda e da contribuição social, tanto corrente como diferido, e, concluiu que as apurações desses tributos, nos exercícios entre 2022 e 2025, foram subavaliadas, impactando as respectivas contabilizações nas contas de impostos classificadas no ativo e no passivo em 31 de dezembro de 2025 e em exercícios anteriores. No primeiro trimestre de 2026, a Administração reconheceu integralmente os efeitos deste ajuste no resultado do período, como despesa, no montante de R$ 6.180 mil. Entretanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção de erros materiais de exercícios anteriores deve ser feita retrospectivamente, por meio da reapresentação dos valores correspondentes. Consequentemente, em 31 de março de 2026, o prejuízo do período, o resultado abrangente e os fluxos de caixa do trimestre estão superavaliados no montante de R$ 6.180 mil. Adicionalmente, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, apresentadas como valores correspondentes, não foram reapresentadas para refletir os efeitos desse ajuste, resultando em superavaliação do patrimônio líquido nesse montante. A Administração não estimou, e, não forneceu documentação suporte para avaliar o efeito deste assunto sobre o período comparativo findo em 31 de março de 2025, logo, não foi possível determinar, de forma razoável, os efeitos que a reapresentação desses valores teria sobre o resultado, o resultado abrangente e os fluxos de caixa comparativos do período em questão.

Conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos sobre os valores correspondentes dos assuntos descritos na seção “Base para conclusão com ressalvas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 19 de maio de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.
CRC 2SP023701/O-8 PR

Assinado por:
Everton Araken Paetzold
B1C88A01E3E0430...
Everton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9 MG

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.421	3.303
Contas a receber – ativo de contrato	8.1	26.750	26.863
Contas a receber – outros serviços	8.2	130	648
Estoques	9	3.333	3.382
Tributos a recuperar	10.1	1.411	2.785
PIS e COFINS diferidos	10.2	176	1.089
Tributos a restituir	10.3	2.732	3.828
Outros ativos		98	157
		39.051	**42.055**
Não circulante			
Contas a receber – ativo de contrato	8.1	106.358	100.649
Aplicações Financeiras	13	5.236	5.065
Outros ativos		32	-
PIS e COFINS diferido	10.2	5.419	5.094
Tributos a restituir	10.3	2.847	4.504
Imobilizado		384	396
Direito de uso		664	749
		120.940	**116.457**
Total do ativo		**159.991**	**158.512**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Circulante			
Fornecedores	11	428	1.176
Obrigações sociais e trabalhistas	12	740	632
Debêntures	13	10.085	9.884
Obrigações tributárias a recolher	14.1	1.088	1.395
Obrigações tributárias diferidas	14.2	2.679	3.348
Passivo de arrendamento		330	336
Partes relacionadas	15	6.169	913
Dividendos a pagar	16.c	4.949	4.949
Outros passivos		25	23
		26.493	**22.656**
Não circulante			
Debêntures	13	45.694	48.956
Obrigações tributárias a recolher	14.1	503	580
Obrigações tributárias diferidas	14.2	29.851	23.870
Passivo de arrendamento		270	347
Partes relacionadas	15	1.856	7.218
		78.174	**80.971**
Patrimônio líquido	16/23		
Capital social		40.847	40.847
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.155	-
Reserva legal		921	921
Reserva de lucros		13.117	13.117
Prejuízos acumulados		(1.716)	-
		55.324	**54.885**
Total do passivo e patrimônio líquido		**159.991**	**158.512**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do resultado
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	31.03.2026	31.03.2025
Receita operacional líquida	17	11.236	4.647
(-) Custo da prestação de serviços de iluminação pública	18	(3.313)	(8.383)
Lucro bruto		**7.923**	**(3.736)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(20)	(162)
Outras receitas e despesas		2	2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**7.905**	**(3.896)**
Receitas financeiras	19	173	138
Despesas financeiras	19	(1.976)	(2.346)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**6.102**	**(6.104)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(133)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	(7.685)	1.119
Prejuízo do período		**(1.716)**	**(4.985)**
Prejuízo por ação - R$ / ação		**(0,06886375)**	**(0,1993873)**
Número de ações		**25.000.000**	**25.000.000**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares reais)

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo líquido do período	**(1.716)**	**(4.985)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**(1.716)**	**(4.985)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares reais)

			Reserva de Lucros			
	Capital Social	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Reserva Legal**	**Dividendos à disposição da AGO**	**Lucros (Prejuízos) acumulados**	**Patrimônio Líquido**
Em 01 de janeiro de 2025	**40.847**	**-**	**767**	**10.928**	**-**	**52.542**
Prejuízo do período	-	-	-	-	(4.985)	(4.985)
Em 31 de março de 2025	**40.847**	**-**	**767**	**10.928**	**(4.985)**	**47.557**
Em 31 de dezembro de 2025	**40.847**	**-**	**921**	**13.117**	**-**	**54.885**
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(1.716)	(1.716)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.155	-	-	-	2.155
Em 31 de março de 2026	**40.847**	**2.155**	**921**	**13.117**	**(1.716)**	**55.324**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2026	31.03.2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro antes dos tributos	**6.102**	**(6.104)**
Ajustados por:		
Depreciação do imobilizado	18	21
Depreciação direito de uso	85	89
Atualização aplicação financeira – ativo financeiro ICPC 01	(171)	(144)
Captação de recursos debêntures - custos de emissão	63	64
Receita de remuneração do ativo financeiro	(1.617)	(2.099)
Eficiência de Contrato	(1.226)	-
Encargos financeiros sobre debêntures não pagos	1.762	2.123
Provisão de Fornecedores	(55)	-
Tributos Diferidos	(1.785)	(435)
	3.176	**(6.485)**
Aumento ou diminuição dos ativos e passivos		
Contas a receber - ativo de contrato	(2.753)	1.883
Contas a receber	518	(105)
Estoques	49	220
Tributos a compensar	1.374	(209)
Outros ativos	27	(188)
Tributos a restituir	-	65
Fornecedores	(693)	(161)
Obrigações tributárias	2.236	680
Obrigações sociais e trabalhistas	108	11
Partes Relacionadas	(106)	4.962
Outros passivos	2	158
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**3.938**	**831**
Das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(6)	(10)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.155	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	**2.149**	**(10)**
Das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal - debêntures	(2.961)	(2.006)
Pagamentos de juros - debêntures	(1.925)	(2.712)
Pagamentos de principal de arrendamentos	(30)	(34)
Pagamentos de juros de arrendamentos	(53)	(52)
Caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades de financiamentos	**(4.969)**	**(4.804)**
Caixa (utilizado) no período	**1.118**	**(3.983)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.303	7.199
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.421	3.216
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.118**	**(3.983)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do valor adicionado
Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.03.2026	31.03.2025
1- Receitas	**13.927**	**5.298**
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	13.925	5.296
Outras receitas	2	2
2- Insumos adquiridos de terceiros	**(2.107)**	**(7.444)**
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(1.145)	(628)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(962)	(6.816)
3 – Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	**11.820**	**(2.146)**
4 - Depreciação e amortização	**(103)**	**(110)**
Depreciação, amortização e exaustão	(103)	(110)
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**11.717**	**(2.256)**
6 – Valor adicionado recebido em transferência	**173**	**138**
Receitas financeiras	173	138
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**11.890**	**(2.118)**
8 – Distribuição do valor adicionado	**11.890**	**(2.118)**
Pessoal e encargos	1.118	930
Impostos, taxas e contribuições	10.522	(409)
Juros e aluguéis	1.966	2.346
Prejuízo líquido do período	(1.716)	(4.985)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Informações gerais

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. ("SPE Uberlândia" ou "Companhia"), com sede no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 2020, é uma Companhia de propósito específico, com prazo de duração determinado de 20 anos ou enquanto existir o contrato de concessão, e tem como atividade principal a exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas e a exploração de fontes de receitas acessórias, na forma de contrato de concessão administrativa e seus anexos (Contrato de Concessão Administrativa), conforme especificações do edital de licitação na modalidade de concorrência pública nº 568/2019 (Edital), com base em autorização pela Lei Municipal nº 13.043, de 2 de janeiro de 2019.

No exercício de 2020, a SPE Uberlândia firmou o contrato nº 011/2020 com o Município de Uberlândia e deu início as atividades contratuais em 23 de janeiro de 2020. A primeira fase contratual consistiu nas entregas do plano de transição, do CCO provisório e dos seguros, após aprovação por parte do município, e consequente formalização da data de eficácia, foi dado início a fase dois do contrato, nesta foram iniciados os serviços de Operação e Manutenção do Parque de Iluminação Pública, e ainda a entrega do plano estratégico, cadastro base do parque de iluminação pública e projetos executivos, neste momento foi iniciada a fase três, serviços de modernização do parque de iluminação pública

No exercício de 2023, a SPE Uberlândia firmou dois termos aditivos ref. contrato nº 011/2020 a saber: (i) Termo nº 04 para realização do projeto de iluminação pública festiva "Natal encantado Uberlândia-Caminhos do Natal"; (ii) Termo nº 05 para aumento do quantitativo do Banco de Créditos, sendo 8.200 créditos no ano de 2023 e 9.630 créditos no ano de 2024, aumento o valor do contrato em R$ 56.522 (cinquenta e seis milhões quinhentos e vinte e dois mil reais) no contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Uberlândia, incluídos o desenvolvimento, a modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública.

No exercício de 2024, a SPE Uberlândia firmou o termo aditivo n. 06 ref. contrato nº 011/2020 para inclusão da Iluminação do Estádio Municipal Parque Sabiá e reequilíbrio econômico-financeiro, incluídos o desenvolvimento, a modernização, a expansão, eficientização energética, operação e manutenção no valor global de R$ 13.954 (treze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais).

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia finalizou a conclusão do 3º marco de modernização do contrato com o município e recebeu o termo de aceite do cliente. A partir desta etapa, a SPE Uberlândia deverá manter a manutenção da iluminação pública em dia. Em 08 de maio de 2025, a Companhia recebeu o Termo de Recebimento da Rede Municipal de Iluminação Pública Modernizada e Eficientizada, conforme previsto na cláusula 15.7 do contrato de concessão.

No segundo trimestre de 2025, a SPE Uberlândia firmou um novo termo aditivos ref. contrato nº 011/2020 sendo ele o termo nº 08 para aumento do quantitativo do Banco de Créditos, sendo 11.600 créditos no ano de 2025 e 8.400 créditos no ano de 2025, adicionados no contrato de Concessão Administrativa para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Uberlândia, incluídos o desenvolvimento, a modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública. Com este aditivo, o valor global do contrato com a prefeitura passa a ser de R$ 488.459 (quatrocentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais).

No quarto trimestre de 2025, foi firmado o aditivo 09 para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão após a reclassificação viária conduzida pelo Município de Uberlândia, que elevou os padrões de iluminação exigidos conforme a ABNT NBR 5101:2018. Essa revisão obrigou a concessionária a instalar luminárias de maior potência e substituir braços não previstos no projeto original, gerando investimento extraordinário validado pelo Verificador Independente no valor de R$ 2.164 mil (base out/2024). Para recompor esse impacto, foi acordado um acréscimo de R$ 55.958,20 na contraprestação mensal a partir de novembro de 2025. Parte desse valor será retida temporariamente na Conta Reserva até decisão definitiva do TCE/MG sobre a fórmula da taxa de

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

desconto aplicável. O aditivo não altera o escopo da concessão, mas atualiza o valor global do contrato para R$ 498 mil (quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e sete mil, duzentos e cinco reais e sessenta e três centavos) assegurando o reequilíbrio diante das exigências técnicas decorrentes da nova classificação das vias e garantindo a continuidade e regularidade dos serviços de iluminação pública.

No primeiro trimestre de 2026, ocorreu a finalização do 11º Termo Aditivo, decorrente da conclusão do Processo Administrativo nº 11.999/2024, que consolidou o cálculo retroativo do bônus de energia desde 05 de julho de 2022 e a indenização ao Município pela economia não auferida em loteamentos fechados ainda não modernizados. Após compensações, apurou se saldo residual de R$ 2.076 a receber do município.

2 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 15 de maio de 2026.

3 Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

3.1 Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - "Demonstração Intermediária" e IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board*" - IASB. Por força de requerimento do instrumento de debênture emitido pela Companhia, ela também avalia se tais normas as demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM. Essas demonstrações contábeis intermediárias não incluem todos os requerimentos de demonstrações contábeis anuais ou completas, dessa forma, devem ser lidas juntamente com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As presentes demonstrações contábeis intermediárias evidenciam todas as informações relevantes trimestrais, sendo que apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3.2 Estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis intermediárias. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos resultados inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a:

- Estimativa dos custos ligados aos streamings de receita de (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M), conforme previsto no contrato de concessão.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

3.4 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos da norma CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias Abertas, e, como informação suplementar para as IFRS e a IAS 34.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4 Mudança de estimativa contábil na mensuração do ativo financeiro da concessão

A Companhia mantém, no âmbito do contrato de parceria público-privada de energia elétrica com o Município de Uberlândia/MG, um ativo financeiro reconhecido em decorrência da aplicação do modelo de ativo financeiro previsto para contratos de concessão. Esse tratamento é compatível com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, aplicável a arranjos de concessão em que o poder concedente controla ou regula os serviços prestados, os destinatários desses serviços e os preços praticados, sendo o ativo financeiro reconhecido quando o operador possui direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração revisou determinadas premissas utilizadas na mensuração do referido ativo financeiro, e em função de informações mais atualizadas sobre a execução contratual, o orçamento de investimentos e outros fatores.

Essa revisão compreendeu:

(i) a alteração dos critérios de reconhecimento de eficiência e ineficiência do ativo financeiro;
(ii) o reconhecimento mensal do valor utilizado de CAPEX com base na proporção do orçamento anual, em substituição ao critério anteriormente adotado com base no realizado mensal; e
(iii) a atualização da premissa do índice de IPCA para refletir projeção anual revisada mensalmente, em substituição ao uso exclusivo do índice do anterior para atualização do mês corrente.

Tais alterações decorrem de nova informação e de revisão de estimativas, e não de correção de erro, o que à luz da referida norma, devem ser reconhecidas prospectivamente, no resultado do período da mudança e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados, sem reapresentação retrospectiva dos saldos comparativos.

Nesse contexto, a revisão das premissas, acima descritas, configura mudança de estimativa contábil, uma vez que reflete melhor informação disponível na data das demonstrações financeiras sobre os fluxos de caixa esperados associados ao ativo financeiro da concessão.

Adicionalmente, como consequência dessa revisão, a Companhia atualizou a taxa interna de retorno (“TIR”) utilizada na modelagem econômico-financeira do ativo financeiro, de modo que a refletir a nova expectativa de fluxos de caixa do contrato. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são subsequentemente acompanhados pelo método da taxa efetiva de juros, e quando os fluxos contratuais estimados são revisados, o valor contábil bruto é recalculado com base no valor presente dos fluxos revisados descontados pela taxa efetiva original do instrumento. Dessa forma, a atualização da TIR resulta da revisão das premissas adotadas, sendo utilizada como insumo para a mensuração prospectiva do ativo, sem configurar alteração de política contábil.

O efeito líquido reconhecido no resultado do período foi de R$ 1.226 mil, referente principalmente a combinação dos tópicos supracitados. Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis dos períodos anteriores não foram reapresentadas, por se tratar de alteração de estimativa contábil.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

5 Reforma tributária brasileira

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Administração reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a Administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Empresa. O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nestas informações financeiras.

6 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

6.1 Fatores de risco

6.1(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, principalmente nas rubricas contas a pagar a fornecedores. e contas a receber - ativo de contrato. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações contábeis foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

6.1(b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e da taxa de juros das debêntures. A Companhia possui aplicações financeiras pós fixados, atreladas a variação do CDI e do IPCA.

6.1(c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não manter os investimentos concentrados em um único grupo econômico.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia possui contrato firmado através de licitação com a Prefeitura de Uberlândia-MG, que faz com que a Companhia possua o ativo financeiro. Através de contrato de concessão nº 011/2020, as cláusulas abaixo defendem a Companhia em caso de inadimplência do poder concedente:

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

O débito será corrigido monetariamente pela variação do IPCA e, em seguida, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros, segundo a taxa em vigor para a mora de pagamento de impostos devido à Fazenda Municipal.

O atraso no pagamento da contraprestação mensal efetiva à concessionária superior a 90 (noventa) dias conferirá a concessionária a faculdade de suspensão dos investimentos em curso, bem como a suspensão da atividade que não seja estritamente necessária a continuidade de serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito a rescisão da concessão.

6.1(d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira.

	31.03.2026
Ativos financeiros	**Saldo contábil – Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	4.421
Contas a receber	133.238
	137.659
Passivos financeiros	
Fornecedores	428
Obrigações sociais e trabalhistas	740
Arrendamento	600
	1.768
Exposição financeira líquida	**135.891**
Exposição líquida / Total do ativo	**98,72%**

6.1(e) Análise de sensibilidade

As debêntures da Companhia são afetadas pela variação nas taxas de juros (IPCA). Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pela Companhia, com os níveis 1,834 cm de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de decréscimo nas taxas de juros e o cenário II, 20% de decréscimo. Os valores refletem o incremento do saldo da debênture em cada cenário projetado.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

			31.03.2026		
Operação	**Indexador**	**Risco**	**Cenário provável**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures	IPCA	Aumento do IPCA	(2.325)	(2.557)	(2.790)
			(2.325)	**(2.557)**	**(2.790)**

7 Caixa e equivalente de caixas e aplicações financeiras

	31.03.2026	**31.12.2025**
Bancos conta movimento	4.421	3.303
	4.421	**3.303**

8 Contas a receber

Os valores de contas a receber estão divididos conforme o quadro abaixo:

	31.03.2026			31.12.2025		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Ativo de contrato – 8.1	26.750	106.358	**133.108**	26.863	100.649	**127.512**
Outros serviços – 8.2	130	-	**130**	648	-	**648**
	26.880	**106.358**	**133.238**	**27.511**	**100.649**	**128.160**

8.1 Ativo de Contrato:

A movimentação do contas a receber do ativo de contrato no período é demonstrada a seguir:

Saldos em 31.12.2025	**127.512**
Custo de construção de infraestrutura de iluminação pública	6.150
Acréscimos de operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação	1.680
Juros	1.668
Recebimento	(6.745)
Variação monetária	1.617
Eficiência / Ineficiência de contrato	1.226
Saldos em 31.03.2026	**133.108**

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

8.2 Outros serviços:

O saldo de contas a receber referente a serviços adicionais está composto da seguinte forma:

	Total
Bônus de Energia 2024	410
Reequilíbrio Econômico	130
(-) PDD - Bônus de Energia 2024	(410)
Saldo em 31.03.2026	**130**

Aging list	**Total**
A vencer	11
Vencidos de 1 a 90 dias	17
Vencidos de 91 a 270 dias	37
Vencidos de 271 a 365 dias	65
	130

9 Estoques

	31.03.2026	31.12.2025
Mercadorias para concessão (operação e manutenção)	3.098	3.155
Materiais de consumo e EPI (operação e manutenção)	87	79
Mercadorias recebidas em garantia	98	101
Adiantamento para aquisição de estoque	50	47
	3.333	**3.382**

10 Tributos a recuperar e diferidos

Em 2024, a Companhia contratou uma consultoria especializada em tributos para revisar sua apuração de impostos de 2021 a 2024. Como resultado desse trabalho, a Companhia passou a tributar o PIS e a COFINS e o IRPJ e a CSLL, conforme determina a Instrução Normativa (IN) 1700/2017 da RFB, em harmonia com a Lei 12.973/2014. Esta IN consolidou as regras de apuração do IRPJ e CSLL, do PIS e da COFINS no Brasil, incluindo tratamentos específicos para concessionárias de serviços públicos, especialmente no que tange às diferenças temporárias e receitas e despesas diferidas. Até então, a apuração destes impostos seguia o regime de competência das receitas e despesas e não levava em consideração a possiblidade de diferimento da receita realizada e não recebida financeiramente e a respectiva proporcionalidade dos custos incorridos.

Nesta revisão, foi concluído que a Companhia pagou impostos a maior, e, portanto, as apurações foram recalculadas e as respectivas obrigações acessórias corrigidas e retransmitidas, dando origem aos atuais saldos de PIS e COFINS diferidos, tributos a restituir, obrigações tributárias a recolher e diferidas, conforme os quadros apresentados a seguir.

Em 2025, após novas análises em conjunto com a administração do Grupo Engie Brasil, controladora indireta da Companhia, foi concluído que na revisão de impostos dos anos de 2021 a 2024, foi realizado o diferimento da receita de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M), o que não está

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

contemplado na legislação. Desta forma, a nova revisão feita em 2025 sobre todo esse período anterior, apurou inconsistências nos cálculos do PIS e da COFINS com reflexo no IRPJ e na CSLL, tendo havido recolhimento de tributos em montante inferior ao efetivamente devido. Os ajustes contábeis e fiscais foram processados no primeiro trimestre de 2026.

10.1 Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar se refere a valores a serem compensados ou restituídos.

	31.03.2026	31.12.2025
Pis a compensar	7	41
COFINS a compensar	34	188
IRPJ a compensar	14	14
IRRF retido a compensar (a)	1.342	2.509
Outros tributos a compensar	14	33
	1.411	**2.785**

(a) O saldo apresentado nesta rubrica é composto substancialmente por valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes sobre as notas fiscais de prestação de serviços emitidas à contratante. Tais valores representam créditos tributários que poderão ser utilizados pela Companhia para compensação futura, condicionada à apuração de lucro tributável e consequente geração de IRPJ a recolher.

10.2 PIS e COFINS diferidos

De acordo com a Lei nº 12.973/2014, a Companhia apurou os valores de créditos de PIS/COFINS diferidos a partir da seguinte metodologia: registro de todas as entradas passíveis de apropriação de créditos de PIS/COFINS e aplicação do percentual de recebimento do contrato sobre estes valores para a apuração mensal dos créditos de PIS/COFINS a serem apropriados. O montante dos créditos que não for apropriado neste momento e cujo creditamento seja diferido é registrado como ativo diferido. Diante disto, o valor dos tributos diferidos se refere ao montante correspondente das aquisições efetuadas e que ainda não puderam ser utilizadas para a dedução do débito.

	31.03.2026	31.12.2025
PIS diferido	997	1.103
COFINS diferido	4.598	5.080
	5.595	**6.183**
Circulante	176	1.089
Não circulante	5.419	5.094

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

10.3 Tributos a restituir

Tendo em vista a alteração da metodologia de apuração dos efeitos tributários dos contratos de ativo financeiro, a Companhia revisitou as apurações de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS dos períodos anteriores e verificou que havia recolhido impostos em valor superior ao que era devido. Desta forma, a companhia contabilizou o efeito decorrente destes valores como impostos a restituir.

	31.03.2026	31.12.2025
PIS a restituir	318	699
COFINS a restituir	581	3208
IRPJ a restituir	4.238	3826
CSLL a restituir	391	548
Outros tributos a restituir	51	51
	5.579	**8.332**
Circulante	2.732	3.828
Não circulante	2.847	4.504

Estima-se que a restituição desses valores aconteça conforme cronograma abaixo:

2026 - R$ 1.969
2027 - R$ 2.626
2028 - R$ 984

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores se refere a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes pelo fato do pagamento ser devido no período de um ano.

	31.03.2026	31.12.2025
Fornecedores de materiais	50	698
Fornecedores de serviços	136	181
Provisão de fornecedores	242	297
	428	**1.176**

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

12 Obrigações sociais e trabalhistas

	31.03.2026	31.12.2025
Folha de pagamento	107	116
Provisões e encargos sobre férias	341	284
Pensão a pagar	1	-
FGTS a recolher	29	37
INSS a recolher	140	84
IRRF a recolher	33	43
Participação nos lucros e resultados	88	68
Provisões de remuneração	1	-
	740	**632**

13 Debêntures

(a) Debêntures

Em 15 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures não conversíveis no montante de R$ 65.000, sendo emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil), série única, com valor nominal de R$ 1 (mil reais). As debêntures serão atualizadas monetariamente pela variação acumulada no IPCA com juros remuneratórios calculados com base na variação da taxa de retorno do Tesouro IPCA + juros semestrais, com vencimento em 2030, acrescida de spread de 0,85% ao ano.

O vencimento da operação se dará em 15 de janeiro de 2034. As amortizações ocorrerão com os pagamentos semestrais, com vencimento inicial em 15 de julho de 2022.

	31.03.2026			31.12.2025
	Principal	**(-) Custo emissão de debêntures**	**Saldo**	**Saldo**
Circulante	10.338	(253)	10.085	9.884
Não circulante	47.456	(1.762)	45.694	48.956
	57.794	**(2.015)**	**55.779**	**58.840**

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

A mutação das debêntures é assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2025	**9.884**	**48.956**	**58.840**
Juros	-	1.762	1.762
Apropriação Custo Emissão	-	63	63
Transferências	5.087	(5.087)	-
Amortização de principal	(2.961)	-	(2.961)
Amortização de juros	(1.925)	-	(1.925)
Saldos em 31.03.2026	**10.085**	**45.694**	**55.779**

O cronograma de vencimento das debêntures apresentados no passivo não circulante é:

	Total
2027	3.406
2028	7.247
2029	8.283
2030 a 2034	26.759
Debêntures	**45.695**

Compromissos ("covenants")

Dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

(i) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações de natureza financeira a que a Companhia e/ou a Fiadora estejam sujeitas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a, (i) com relação à Companhia, R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, e, (ii) com relação à Fiadora, R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

(ii) declaração de vencimento antecipado das debêntures, na ocorrência de quaisquer das quaisquer das seguintes hipóteses:

(a) não observância, pela Companhia, após a Conclusão do Projeto e até a Data de Vencimento, em 2 (duas) Data de Verificação ICSD consecutivas ou em quaisquer 3 (três) Datas de Verificação ICSD alternadas, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);

(b) inobservância, pela Fiadora, enquanto houver Debêntures em Circulação até a Conclusão do Projeto, dos seguintes índices e limites financeiros a serem apurados, trimestralmente, pela Fiadora:

(iii) No primeiro trimestre de 2025, a companhia concluiu a entrega do 3º marco de modernização do contrato com o município e recebeu o termo de aceite do cliente e o Termo de Recebimento da Rede Municipal de Iluminação Pública Modernizada e Eficientizada. Este evento marca a conclusão do projeto que menciona a cláusula 4.19.2, da Escritura de Emissão das Debêntures.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

- na data de cada balanço consolidado trimestral da Fiadora, a relação entre o somatório do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Fiadora e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros); e
- na data de cada balanço consolidado trimestral da Fiadora, a relação entre a Dívida Líquida Total e o somatório do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Fiadora, não poderá ser superior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos).

A Companhia declara que está cumprindo os *covenants* acima informados.

Depósitos vinculados

Conforme definido em escritura de debêntures, a Companhia deve manter em conta vinculada garantias para pagamento de uma contraprestação semestral das debêntures. Essa conta é administrada pelo Banco Citibank S.A. e os recursos estão depositados no Banco Santander S.A. e só podem ser movimentados com a aprovação do agente fiduciário Pentágono S.A. DTVM. O saldo de 31 de março de 2026 é R$ 5.236 (R$ 5.065 em 31 de dezembro de 2025) e está apresentado na rubrica aplicações no ativo não circulante.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

14 Obrigações tributárias

14.1 Obrigações tributárias - a recolher

	31.03.2026	31.12.2025
COFINS a recolher	429	588
PIS a recolher	100	132
CSLL a recolher	42	-
IRPJ a recolher	24	18
Parcelamento Federal (i)	967	1.044
Outras obrigações	29	193
	1.591	**1.975**
Circulante	1.088	1.395
Não circulante	503	580

(i) Em 2025, a Companhia concluiu revisão tributária, a qual resultou na apuração de novos valores. Em decorrência dessa revisão, os valores apurados como devidos passaram a constituir tributos a recolher, enquanto os valores anteriormente recolhidos, e apurados em montante superior ao devido, passaram a constituir tributos a recuperar. Os tributos a recolher identificados foram incluídos no parcelamento especial de Autorregularização, em conformidade com a Lei nº 14.740/2023 e a Instrução Normativa RFB nº 2.168/2023.

14.2 Obrigações tributárias - Diferidos

	31.03.2026	31.12.2025
ISS a recolher - Diferido	3.713	3.545
COFINS a recolher - Diferido	9.108	10.402
PIS a recolher - Diferido	1.972	2.258
CSLL a recolher - Diferido	4.695	2.915
IRPJ a recolher - Diferido	13.042	8.098
	32.530	**27.218**
Circulante	2.679	3.348
Não circulante	29.851	23.870

(i) A Lei nº 12.973/2014 prevê regime específico de tributação pelo PIS/COFINS dos contratos de concessão reconhecidos como ativo financeiro (art. 56), estabelecendo que a receita decorrente do contrato de concessão será tributada a medida do seu recebimento e que os créditos deverão ser apropriados nesta mesma proporção. Os valores de PIS/COFINS/ISS registrados neste grupo se referem aos débitos cuja o recolhimento está diferido para o momento de recebimento da respectiva receita.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

15 Partes Relacionadas

	31.03.2026	31.12.2025
Engie Brasil Soluções Participações Ltda (b)	1.856	1.856
Engie Soluções de Iluminação Pública (a)	5.362	5.362
Engie Soluções Cidades Inteligentes e infraestrutura de Curitiba S.A. (c)	807	913
	8.025	**8.131**
Circulante	6.169	913
Não circulante	1.856	7.218

(a) O valor de R$ 5.362 refere-se ao saldo residual a pagar de prestação de serviços complementares do projeto Iluminação Esportiva do Estádio Parque do Sabiá, executado pela Engie Soluções de Iluminação Pública Ltda (NF 2382) com previsão de liquidação até o final de 2026.

(b) O valor de R$ 1.856 refere-se a cessão de crédito de impostos diferidos de IRPJ e CSLL para utilização no parcelamento federal consolidado neste trimestre, conforme lei 14.740/23. A companhia avalia a cessão da dívida para a Engie Soluções de Iluminação Pública e posterior aumento de capital no primeiro semestre de 2026.

(c) Valor a pagar referente aquisição de materiais para utilização no contato de concessão.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e detido pela acionista Engie Soluções de Iluminação Pública Ltda. em 31 de março de 2026, é de R$ 40.487, subscrito e integralizado, representado por 25.000.000 ações, sem valor nominal.

31/03/2026			31/12/2025		
nº de ações	**Participação (%)**	**Capital social (R$)**	**nº de ações**	**Participação (%)**	**Capital social (R$)**
25.000.000	100	40.847	25.000.000	100	40.847

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia, após a constituição das reservas obrigatórias, poderá distribuir 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, o pagamento será feito conforme deliberação da assembleia de acionistas de aprovação das contas.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital

No primeiro trimestre de 2026, a controladora realizou aportes financeiros à Companhia no montante de R$ 2.155, registrados na rubrica “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC”, no patrimônio líquido. Os valores aportados possuem caráter irrevogável e irretratável e destinam-se a futuro aumento de capital da Companhia.

(e) Prejuízo líquido básico por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período de 2026.

17 Receita operacional líquida

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Serviços de infraestrutura – contrato principal	1.005	1.005
Serviços de infraestrutura – atualização monetária contrato principal	981	1.629
Serviços de O&M – contrato principal	1.263	1.302
Serviços de Infraestrutura – contrato aditivo – banco de créditos	6.814	546
Serviços de O&M – banco de créditos	417	239
Serviços de Infraestrutura – atualização monetária banco de créditos	636	470
Serviços de O&M – contratos adicionais (a)	1.583	105
Eficiência de contrato (b)	1.226	-
Total Receita operacional bruta	**13.925**	**5.296**
(-) PIS e COFINS	(2.271)	(490)
(-) ISS	(418)	(159)
Total (-) Deduções da receita operacional	**(2.689)**	**(649)**
Receita operacional líquida	**11.236**	**4.647**

(a) Em março de 2026, foi celebrado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2020 com o Município de Uberlândia, visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, com efeitos retroativos a 5 de julho de 2022. O aditivo contempla o reconhecimento do bônus sobre a conta de energia (BCE) e da indenização ao Poder Concedente, resultando, após compensação dos valores apurados para o período de 2022 a 2025, em saldo líquido favorável à companhia reconhecido nas demonstrações financeiras conforme as condições contratuais.

(b) Receita de eficiência ou ineficiência calculado com base nas informações mais atualizadas de desempenho e custos incorridos por meio de ajuste de chegada. Esse procedimento assegura que o ativo de contrato seja zerado ao final do projeto, refletindo integralmente o desempenho já transferido. O reconhecimento ocorre porque os inputs registrados até a data de mensuração já permitem identificar variações frente ao plano inicial, garantindo adequada representação econômico-financeira.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

18 Gastos por natureza

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Custos de Infraestrutura	(1.145)	(628)
Custos na prestação dos serviços (a)	(585)	(6.380)
Folha de pagamento e encargos	(1.117)	(930)
Depreciação e amortização	(103)	(110)
Custos seguros	(172)	(137)
Custos tributos	(15)	(20)
Outros custos	(176)	(178)
Custos na prestação de serviços de iluminação pública	**(3.313)**	**(8.383)**
Despesas serviços de terceiros	(20)	(160)
Outras receitas e despesas	2	(2)
Despesas gerais e administrativas	**(18)**	**(162)**
Total de custos e despesas por natureza	**(3.331)**	**(8.545)**

(a) Do total de custos na prestação de serviços, o montante de R$ 5.897 reconhecido no primeiro trimestre de 2025 refere-se ao custo com terceirização de serviços de iluminação no contexto do projeto Iluminação Esportiva do Estádio Parque do Sabiá, executado pela Engie Soluções de Iluminação Pública Ltda. Este serviço foi completamente executado e finalizado no ano de 2024, sendo que a Prefeitura Municipal de Uberlândia formalizou seu “aceite”, em 21 de dezembro de 2024. A Companhia registrou o custo deste serviço somente no mês de recebimento da nota fiscal, ocorrido em março de 2025, sendo que a receita pelos serviços prestados foi reconhecida em dezembro de 2024.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

19 Resultado financeiro

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Rendimento de aplicações financeiras	172	138
Outras receitas financeiras	1	-
Receitas financeiras	**173**	**138**
Encargos financeiros sobre debêntures	(1.762)	(2.123)
Tarifas bancárias	(48)	(46)
IOF sobre operação	-	(13)
Juros sobre arrendamentos	(55)	(52)
Outras despesas financeiras	(111)	(112)
Despesas financeiras	**(1.976)**	**(2.346)**
Total das Receitas e Despesas Financeiras	**(1.803)**	**(2.208)**

20 Imposto de renda e contribuição social

	31.03.2026(a)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**6.102**
Resultado não tributável do período (b)	(9.863)
Adição com base no percentual de recebimento da contraprestação do contrato (b)	1.505
Tributo diferido não reconhecido nos períodos anteriores	(15.431)
Tributo diferido reconhecido como tributo corrente em anos anteriores (c)	(5.161)
Outros	(146)
Prejuízo após as adições e exclusões antes	**(22.994)**
Base de cálculo negativa	**(22.603)**
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(133)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	**(7.685)**

(a) Em decorrência da reapuração do imposto de renda e contribuição social, conforme descrito na nota explicativa nº 10, em que a base tributável passou a ser calculada de acordo com o CAPEX realizado (anteriormente era calculada com o CAPEX realizado e a receita de O&M), a Administração optou por não apresentar o cálculo do período de 31 de março de 2025, devido à falta de comparabilidade.

(b) Conforme previsto no artigo 36 da Lei nº 12.973/2014, o lucro decorrente da receita reconhecida em contratos de concessão cuja contrapartida seja classificada como ativo financeiro pode ser tributado à medida do efetivo recebimento da respectiva contraprestação.

Docusign Envelope ID: 27C3E721-0B7C-8D10-82FF-B9DEFE3F7698

(c) Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados imposto de renda e contribuição social reconhecidos como tributos correntes, calculados sobre uma base de R$ 5.151. Contudo, após revisão tributária realizada em 2026, constatou-se que tais valores decorriam de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal. Dessa forma, em 31 de março de 2026, os respectivos montantes foram reclassificados para tributos diferidos, cuja realização ocorrerá em períodos futuros.

21 Seguros (Não revisado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de março de 2026, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Montante de cobertura
Riscos operacionais	20.000
Responsabilidade civil	10.000
Riscos de engenharia	70.616
Imóveis	2.730

22 Informações por segmento

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para a qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho. A Companhia atua no segmento de exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas. A administração entende que as operações contemplam uma única condição negocial e/ou operacional, sendo caracterizado unidade geradora de caixa única.

23 Eventos Subsequentes

Em 30 de abril de 2026, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como deliberadas outras matérias relevantes. Na mesma data, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício, contemplando a constituição de reserva legal no montante de R$ 154, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor total de R$ 730 e a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R$ 2.189. Adicionalmente, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante total de R$9.373, mediante (i) capitalização de saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R$ 2.155 e (ii) capitalização de créditos detidos pela acionista no valor de R$ 7.218. Em decorrência dessas deliberações, o capital social da Companhia passou de R$ 40.847 para R$ 50.219.

Os eventos subsequentes identificados não requerem ajustes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2026, mas demandam divulgação adicional, dado seu potencial impacto informacional e contratual para os usuários das demonstrações.

* **